

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2014-2017

ÍNDICE

NOTA	3
INTRODUÇÃO	4
PLANOS DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	6
OBSERVATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA MUNICIPAL	7
CIDADÃO	8
EMPRESAS	9
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	10
SMART CITIES	11
REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL	12
PROJETOS FINANCIADOS.....	13
BIOMASSA	14
AGÊNCIA DE ENERGIA DO SUL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	16
PACTO DE AUTARCAS.....	17
PARTICIPAÇÃO ATIVIDADES RNAE	18
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA.....	19
ATIVIDADE PROSPETIVA.....	22
ORÇAMENTO 2014-2017.....	24
ORÇAMENTO 2014	26
APROVAÇÃO.....	27

NOTA

Pela primeira vez na sua existência, a *Energaia* apresenta um plano de ação a quatro anos, coincidente com os mandatos dos executivos municipais, por forma a garantir a adequada estabilidade governativa e gestão operacional da agência, ao mesmo tempo que permite a imperativa decisão política sobre os seus desígnios.

O ano de 2014 marcará o final dos três primeiros anos de funcionamento da *Energaia* enquanto Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, período em que foi possível construir a plataforma relacional e de conhecimentos imperativa para a sua ação eficiente. Neste contexto destacam-se a realização das matrizes energéticas dos municípios, do cadastro de instalações, o estabelecimento da rede de gestores locais de energia, para além de ações específicas que permitiram a redução significativa de consumos de energia e respetivos custos.

A sustentabilidade energética dos territórios é cada vez mais uma prioridade global, como o comprovam todas as linhas de ação política e correspondente financiamento, tanto a nível nacional como europeu, sendo que a competitividade dos territórios e a qualidade de vida dos cidadãos dependem do sucesso da implementação destas políticas.

O presente plano de ação para o período 2014-2017 apresenta as linhas de atuação fundamentais da organização, tendo como objetivos fundamentais a criação de valor e aumento da competitividade do seu território de intervenção, ao mesmo tempo que se reduzem os consumos de energia e as emissões de CO₂ associadas.

Ao mesmo tempo, pretende-se inaugurar aqui um novo modelo de governação da *Energaia*, que assegure a sustentabilidade da mesma, com base nos processos de criação de valor que esta leva a cabo, em estreita articulação com os seus associados, à imagem do protocolo de colaboração recentemente celebrado com a ADENE.

Neste contexto, a *Energaia* deverá consolidar o seu papel de parceiro preferencial dos municípios para a formulação, implementação e monitorização dos processos de sustentabilidade energética, mantendo as suas características de independência com relação aos diversos agentes de mercado, e de polo de conhecimento nas suas áreas de competência.

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade energética dos territórios passa necessariamente pela capacidade de gerir os recursos energéticos de forma adequada, e de monitorizar o desempenho dos processos, tal como é hoje exigido no quadro daquilo que são os Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética.

Estes mesmos desideratos exigem não só a formulação e implementação de planos de ação adequados, mas também o estabelecimento de um *dashboard* de indicadores, que possam ser monitorizados em permanência, e que permitam a eficaz condução dos processos.

O presente plano pretende dar resposta a estes desafios, suportando-se no conhecimento e na experiência passada da *Energaia*, assim como naquelas que se sabem ser as linhas prioritárias de intervenção nestas matérias, a nível nacional e europeu.

De facto, o Pacto de Autarcas, as *Smart Cities*, a Diretiva Europeia para a Eficiência Energética, o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, a revisão do Sistema de Certificação Energética em Edifícios, o programa Eco-AP para a eficiência energética na Administração Pública, a definição do quadro legal de intervenção das Empresas de Serviços de Energia, os programas de financiamento como o Horizonte 2020 ou o futuro QREN, todos concorrem para o objetivo da Sustentabilidade Energética, e para a definição do meio ambiente de intervenção da *Energaia*.

O trabalho que a agência desenvolveu nos últimos dois anos, nomeadamente no que diz respeito à elaboração das matrizes energéticas do território e de Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética, do observatório para a sustentabilidade energética, e da rede de gestores locais de energia, criou o contexto sem o qual não seria possível dar resposta aos objetivos anteriormente explicitados.

O presente plano capitaliza nesse trabalho, em prol das necessidades dos municípios, nos quais a energia representa uma parte importante do seu orçamento, o que, a par do mais que provável aumento do custo dos vetores energéticos, justifica uma prioridade redobrada para a sustentabilidade energética.

Sob o ponto de vista da forma este plano apresenta aquelas que serão as grandes linhas estratégicas de atuação da agência no período de 2014-2017, sendo que os projetos concretos serão objeto de articulação íntima com os municípios, e devidamente reportados em sede de Relatório e Contas, atendendo sempre às prioridades aqui estabelecidas.



PLANO DE ATIVIDADES

2014-2017



PLANOS DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

A utilização de Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética (PASE), com a devida consideração das ações setoriais específicas aí definidas, são condição essencial para a devida implementação e monitorização de um processo que diminua efetivamente o consumo de energia e as emissões de CO₂ associadas, num determinado território.

A formulação dos referidos planos tem por base a informação das matrizes energéticas dos territórios, atividade que a *Energaia* concluiu em 2013, para a totalidade do seu território de intervenção¹.

Alguns dos municípios associados encontram-se em fase de elaboração dos PASE, enquanto outros já viram o seu PASE aprovado pela Comissão Europeia, na sequência do compromisso formal que assumiram no âmbito do Pacto de Autarcas

Os diversos projetos e ações que constituem o PASE, como resultado da articulação direta da *Energaia* com cada um dos municípios, são implementados pelos mesmos, cabendo à *Energaia* a atividade de monitorização permanente de resultados e a consequente atividade de informação à autarquia acerca de eventuais desvios e proposta de cursos de ação para a correção de trajetória necessária.

Casuisticamente, cada um dos municípios poderá optar por solicitar à *Energaia* todo e qualquer tipo de atividade no que respeita à implementação das ações e projetos do PASE.

Como consequência direta desta atividade, espera-se que no final de 2017 todos os municípios associados da *Energaia* tenham os seus PASE em fase de implementação, e já com uma atividade de monitorização de resultados devidamente reportada, por forma a se atingirem os objetivos neles definidos.

¹ Matrizes energéticas disponíveis em www.energaia.pt

OBSERVATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA MUNICIPAL

O número de contratos de fornecimento de energia dos municípios da área de intervenção da *Energaia* é superior a cinco mil, em consequência direta do número de instalações sob gestão municipal. A possibilidade do estabelecimento de processos de manutenção e de promoção da eficiência energética nestes equipamentos exige a adequada caracterização dos mesmos, assim como a possibilidade do estabelecimento de processos de monitorização e gestão automatizada dos consumos de energia. Neste sentido, a *Energaia* deu já passos muito significativos no sentido de poder assegurar estes serviços aos municípios, nomeadamente pela criação do cadastro de instalações, que está a suportar a implementação do Observatório de Consumos, que começa agora a sua fase de desenvolvimento, no sentido de assegurar uma plataforma de monitorização permanente de consumos, com capacidade de monitorização em tempo real, para as instalações que os municípios desejem, a custos extremamente controlados.

O período 2014-2017 deve permitir a utilização generalizada desta plataforma por todos os municípios associados, assim como a instalação de um número cada vez maior de instalações sobre monitorização em tempo real, permitindo a implementação de um modelo de gestão para estas instalações, em que os desvios de consumos em relação a valores padrão expectáveis darão origem a avisos, sobre os quais se poderá atuar de imediato.

O sucesso deste processo depende em absoluto da participação ativa dos municípios, na construção do cadastro de instalações, assim como na exigência aos possíveis fornecedores de energia, na disponibilização de dados de faturação mensais em formato compatível com a plataforma.

CIDADÃO

O objetivo maior da atividade da *Energaia* é a criação de um território mais sustentável e competitivo, que se reflita igualmente numa melhor qualidade de vida para o cidadão. Por consequência, a sensibilização e participação ativa do cidadão naqueles que são os objetivos dos PASE, é uma condição imperativa do sucesso dos mesmos. Nesse sentido, a existência de ações de *engagement* dos cidadãos com a atividade da agência, até como instrumento de reconhecimento da ação política dos executivos.

Com estes pressupostos em mente, deve a *Energaia* promover em estreita articulação com os municípios um plano de ação específico para esta vertente de atuação, que deverá integrar uma panóplia de estratégias complementares, que poderão ir das mais tradicionais ações e comunicação, até ao desenvolvimento de aplicações específicas, capitalizando por exemplo na cada vez mais elevada taxa de penetração da tecnologia de *smartphones* que acompanha o cidadão em permanência.

Todas estas ações terão em conta não apenas os objetivos dos PASE, mas igualmente a possibilidade de corporizar reduções objetivas de encargos financeiros e melhoria da qualidade de vida para os cidadãos.

EMPRESAS

A competitividade do tecido empresarial é um dos fatores chave de sustentabilidade dos territórios, por um conjunto diverso de razões universalmente reconhecidas. Nesse sentido, o papel dos municípios como agentes dinamizadores dessa competitividade, é seguramente algo reconhecido e apreciado pelos agentes económicos e pelos cidadãos em geral, ao mesmo tempo que gerador de valor para o território e convergente com os objetivos dos PASE.

A experiência anterior da *Energaia* no projeto Eco-empresas demonstrou o potencial que a ação da agência de energia, em colaboração com outros *stakeholders*, como é o caso das instituições de ensino superior, pode representar em termos da sustentabilidade e criação de valor para as empresas.

Considerando a existência significativa de atividade de indústria e serviços no território de intervenção da *Energaia*, e as competências instaladas dentro desta, pretende-se conceber e implementar um conjunto de ações relevantes para as empresas, em estreita articulação com os municípios associados, com vista à utilização das práticas de sustentabilidade em favor da competitividade das mesmas.

Estas ações serão sistemicamente corporizadas num plano de ação, que incorporará medidas que poderão ir da formação, à realização de auditorias e certificações ISO 50001, ou ao *brokerage* entre agentes do tecido económico, apenas para referenciar alguns exemplos possíveis, a definir em conjunto com os associados.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A infraestrutura de Iluminação Pública (IP) representa um dos maiores custos assumidos pelos municípios com os recursos energéticos, situação que se agravou nos últimos tempos com o aumento dos custos de energia, e com o aumento da taxa de IVA que incide sobre os mesmos. Nos últimos anos a *Energaia* tem vindo a desenvolver alguns projetos-piloto que demonstram a existência de tecnologia que permite a redução substancial destes consumos, assegurando a manutenção dos níveis de serviço esperados pelos cidadãos.

Por outro lado, nos últimos anos tem-se assistido a uma maior diversidade da oferta deste tipo de equipamentos, ao mesmo tempo que se assiste à sua redução de preços, e à importante oferta de soluções de monitorização associadas.

Reconhecendo a importância estratégica que estas tecnologias podem ter para os territórios e no âmbito do aviso do POVT-65-2013-69, a *Energaia* preparou 4 candidaturas, que correspondem a um valor de investimento global de 1.340 mil Euros, estando neste momento a aguardar o resultado final da análise das mesmas.

Apesar disso, o número de instalações não abrangidas por estas candidaturas, e os consequentes consumos de energia, são ainda extremamente elevados, representando uma oportunidade e um imperativo da ação da agência, em linha com os objetivos dos PASE.

A interligação desta ação com a do observatório é igualmente de extrema importância, na medida em que permitirá a adequada validação de desempenho dos equipamentos, ao mesmo tempo que poderá representar um elemento de valor em termos de ferramenta de apoio à decisão para os processos de manutenção de infraestruturas.

SMART CITIES

Em 10 de julho de 2012, a Comissão Europeia lançou a *Smart Cities & Communities Initiative* que pretende apoiar as cidades no objetivo de lançar medidas ambiciosas, por forma a atingir reduções de 40% das emissões de Gases de Efeito de Estufa, em 2020, através da produção e utilização sustentável de energia.

Com um valor de financiamento global para 2013 de 365 milhões de Euros, e com *calls* anuais para a submissão de projetos, esta iniciativa convida ao trabalho conjunto dos setores da Energia, Transportes e TIC, de forma a combinar as suas competências em prol das necessidades das cidades.

Para além destes objetivos estarem plenamente enquadrados nos dos PASE, a *Energaia* está representada na *Smart Cities Stakeholder Platform* desde a sua génese, e tem a vasta experiência que advém de ter concebido e implementado um dos primeiros projetos de cidade digital do País, o projeto Gaia Global.

Assim, durante o período de implementação deste plano, a *Energaia* manterá os municípios permanentemente informados sobre as oportunidades que possam vir a surgir no quadro desta iniciativa Europeia, ao mesmo tempo que tentará conceber planos de ação específicos, e consequentes candidaturas, para propor aos municípios.

REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL

O setor dos edifícios é responsável por uma parte considerável dos consumos de energia a nível global, representando cerca de 40% do total do consumo de energia a nível da União Europeia, razão pela qual surgiu a *European Performance Buildings Directive (EPBD)* e a consequente transposição para a Lei nacional, que se traduz no Sistema de Certificação Energética de Edifícios.

Adicionalmente, consequência da crise económica atual, mas também de níveis de crescimento da construção acima das necessidades reais do país, este setor sofreu uma redução significativa da sua atividade, com os correspondentes impactos económicos para o país em geral.

Por outro lado, é conhecido o potencial para a redução dos consumos de energia que o setor dos edifícios encerra, por força dos avanços tecnológicos e de conceção entretanto conseguidos, o que se pode verificar pelas imposições impostas no quadro da revisão da EPBD, que obriga a que todos os novos edifícios construídos após 2020 sejam *Nearly Zero Energy Buildings (NZEB)*, imposição esta que se aplica a partir de 2018 para o setor público.

Cumulativamente, a recente Diretiva Europeia para a Eficiência Energética vem impor aos Estados Membros a obrigação de implementar uma taxa de renovação anual de 3% da área construída total dos edifícios aquecidos e/ou arrefecidos detidos e ocupados pelas respetivas administrações centrais, por forma a cumprirem os mínimos exigidos de performance energética, ao mesmo tempo demonstrando a importância de se corporizarem os potenciais de poupança conhecidos, e estimulando a atividade económica do setor da construção.

As competências e a experiência que a *Energia* detém em termos da conceção sustentável de edifícios, a par do número significativo de edifícios municipais com uma idade que justifica este tipo de intervenção, justificam esta linha de ação que se concretizará em ações e projetos específicos a definir em articulação estreita com cada um dos municípios, sempre considerando as sinergias potenciais com outras linhas de atuação do plano.

PROJETOS FINANCIADOS

A importância estratégica que a Utilização Racional de Energia assume no contexto Europeu e Nacional está bem patente nas verbas disponibilizadas para este setor em termos de programas de financiamento, como o recentemente lançado Horizonte 2020 e o novo QREN, ainda em preparação.

Desde a sua génese, já em 1999, que a *Energaia* tem uma larga experiência de participação em projetos nacionais e internacionais, financiados pelos mais diversos mecanismos, destacando-se a título de exemplo as experiências do Gaia Global, ELENA, BELIEF, ou Mi Ciudad AC2, apenas para nomear alguns.

Este tipo de projetos tem elevada importância em primeiro lugar porque os seus objetivos primordiais são sempre o de se desenvolverem ações de relevo para a sustentabilidade dos territórios, pelas redes de conhecimento e de troca de experiências que se montam, assegurando uma parte do financiamento das atividades da agência.

Dado o exposto, no período 2014-2017 a *Energaia* continuará atenta a todas as oportunidades de trabalho que possam surgir neste contexto, alertando os municípios para as oportunidades, e mesmo propondo a realização de projetos concretos que conceptualizará para apresentação aos municípios associados, que posteriormente decidirão sobre o seu interesse na participação.

Complementarmente ao financiamento de projetos próprios, a *Energaia* estará atenta à implementação de projetos deste tipo por entidades terceiras, de forma a poder promover a capitalização dos resultados e boas práticas destes projetos no território de abrangência da agência.

BIOMASSA

A Biomassa, como fonte renovável de energia (FRE) de cariz não intermitente, é responsável por uma parte muito significativa da produção de energia, a nível nacional e global. O facto das unidades nacionais de produção de *pellets* exportarem uma grande maioria da sua produção é revelador da procura global por este tipo de fonte.

Por outro lado trata-se de um recurso energético neutro em termos de emissões de CO₂, que se baseia na utilização de recursos endógenos aos territórios, cujo preço comparativo com as fontes energéticas mais tradicionalmente utilizadas, como é o caso dos combustíveis fósseis, é tradicionalmente bastante mais reduzido, e está desacoplado das variações de preço destes últimos.

Este tipo de FRE pode suprir necessidades que são comuns a qualquer município, como é o caso daquelas que se referem a necessidade de calor, como piscinas, equipamentos desportivos, ou outro tipo de edifícios, com a conseqüente redução de custos de exploração de equipamentos, e a diminuição da exposição à variação de preços das fontes de energia não endógenas.

Concorrendo para valia deste recurso dá-se ainda o caso da maioria dos municípios serem detentores de recurso significativo, sendo que em alguns casos este advém da necessária limpeza de parques urbanos, caso em que as autarquias têm custos significativos relacionados com a sua deposição.

Considerando tudo o atrás exposto, no período de implementação deste plano, a Energaia irá avaliar todas as instalações em que a utilização de tecnologias de utilização de biomassa possa representar investimentos viáveis, e propor a concretização dos mesmos aos municípios, suportando o respetivo processo de implementação.

Concomitantemente irá fazer uma avaliação do recurso existente no seu território de intervenção, por forma a se avaliar a possibilidade da criação de unidades de produção, que pudessem alimentar a procura gerada pela atividade anterior, com vista à diminuição da dependência energética e à criação de valor para o território.



PLANO DE ATIVIDADES 2014



AGÊNCIA DE ENERGIA DO SUL DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

No âmbito do processo de alargamento da sua abrangência territorial aos Municípios a Sul do Douro pertencentes à Área Metropolitana do Porto, a *Energaia* durante o ano de 2014 irá finalizar os trabalhos já desenvolvidos, nomeadamente os Planos de Ação de caráter municipal, bem como o Observatório de Sustentabilidade.

Com o Observatório de Sustentabilidade, os Municípios obterão uma base de dados muito completa, que incluirá uma caracterização dos edifícios, da iluminação pública, das frotas municipais, do abastecimento e tratamento de água e da recolha e tratamento de resíduos. Nesta plataforma estarão informações que englobarão características de construção dos edifícios, sistemas e equipamentos técnicos existentes, informações sobre consumos e custos com energia e água obtidas através de faturas e de sistemas de monitorização, bem como outras informações gerais.

O Observatório de Sustentabilidade viabiliza a utilização pela *Energaia* e municípios seus associados de um conjunto de instrumentos de gestão que convergem para a melhoria da respetiva sustentabilidade territorial, para a redução dos encargos sobre os orçamentos municipais e para a simplificação dos processos administrativos e técnicos relacionados com o abastecimento e consumo energético nos edifícios, equipamentos, espaços e infraestruturas sob a sua responsabilidade.

PACTO DE AUTARCAS

As alterações climáticas têm vindo a ser identificadas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade. O aumento da concentração de gases com efeito de estufa tem sido apontado como um dos motivos para as alterações climáticas pelo que, a redução de emissões é considerada a primeira linha de combate a esta ameaça, com o objetivo de redução do risco inerente às suas consequências. Contudo, a problemática das emissões de CO₂ é ampla e complexa, exigindo a integração das diferentes ações, globais e locais, individuais e coletivas.

Consciente do seu papel fundamental na redução das emissões de gases de efeito de estufa, o Município de Vila Nova de Gaia foi a 2ª cidade signatária a aderir ao Pacto de Autarcas, em abril de 2009. O Pacto de Autarcas é uma iniciativa voluntária da Comissão Europeia, na qual é estabelecido pelas cidades aderentes um compromisso formal, em superar os objetivos definidos pela UE para 2020, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos 20%, como resultado da aplicação de um plano de ação em matéria de energia sustentável.

A definição das medidas e respetivo Plano de Ação necessário à concretização dos objetivos do referido pacto esteve a cargo da *Energaia*, cujos trabalhos tiveram início em 2009 com a definição do Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética. Este mesmo plano foi aprovado em Assembleia Municipal de 19 de outubro de 2011. Já em 2012, o Plano foi aprovado pelo organismo gestor do Pacto de Autarcas a nível europeu.

Durante 2014, a *Energaia* irá monitorizar e prestar o apoio necessário à implementação das medidas identificadas no referido Plano de Ação de Vila Nova de Gaia. Dentro daqueles que são os objetivos estratégicos da agência e capitalizando no capital de conhecimento e de projetos já desenvolvidos pela mesma, este será um trabalho numa sequência lógica, mas que representa um compromisso conjunto de toda a comunidade de Vila Nova de Gaia.

Com o alargamento da sua abrangência territorial aos Municípios a Sul do Douro pertencentes à Área Metropolitana do Porto, a *Energaia* irá em 2014 promover quer a adesão dos Municípios associados, que ainda não aderiram à iniciativa Pacto de Autarcas, bem como desenvolver os Planos de Ação para a Sustentabilidade Energética de acordo com os critérios exigidos pelo organismo gestor do Pacto de Autarcas.

PARTICIPAÇÃO ATIVIDADES RNAE

A RNAE é uma rede de cooperação nacional constituída por agências de energia e de ambiente de âmbito municipal e regional, cujo objetivo é partilhar informação e experiências, bem como fomentar as parcerias entre agências.

A *Energia* enquanto associada da RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente, e na sequência do trabalho desenvolvido desde 2010, irá ao longo de 2014 participar nos diversos grupos de trabalho que têm sido formados em temas como o Sistema Nacional de Certificação, a Iluminação Pública, a Mobilidade Elétrica e o Pacto de Autarcas. Irá igualmente apoiar a RNAE no desenvolvimento de candidaturas bem como na implementação dos projetos já aprovados como os do Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC) e Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC).

Com esta participação, a *Energia* espera contribuir e beneficiar da troca de informação e de experiências sobre atividades desenvolvidas pelas agências de energia tendo como objetivo a promoção de resultados obtidos de reconhecido impacto nacional.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A gestão de energia, quer no setor público quer no setor privado, é essencial para mitigar a pressão ambiental associada à utilização de energia, em particular através da redução das emissões de gases de efeito de estufa. Adicionalmente, o Governo Português tem vindo a legislar um conjunto alargado de diplomas com o objetivo de promover uma utilização mais eficiente da energia, através do aumento da eficiência energética e do aumento na utilização de energias renováveis, como são exemplo o SCE – Sistema de Certificação Energética de Edifícios (Decreto-Lei n.º 118/2013 e demais legislação relacionada) o SGCIE - Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (Decreto-Lei nº 71/2008, de 15 de abril), ou ainda o Programa Renováveis na Hora (Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 118-A/2010, de 25 de outubro e Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março).

Ainda neste contexto, o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, refere na área das medidas a desenvolver pelo Estado, o Programa de Certificação Energética de Edifícios do Estado, assim, julga-se prioritário no curto prazo a certificação energética do parque de edifícios municipais, o que poderá potenciar a futura intervenção da agência no sentido de promover projetos, identificados nestes processos, que possam ser criadores de valor para os municípios.

Assim sendo, faz parte do plano de atividades da agência para o ano de 2014, dar continuidade à prestação de serviços na área da certificação energética de edifícios e auditorias energéticas, assim como irá dar continuidade à promoção e apoio ao desenvolvimento de projetos e candidaturas nas áreas de atuação da *Energaia*.

PROJETO GALP

No ano 2013 finalizou-se a implementação do projeto piloto de Monitorização Não Intrusiva de Recursos em edifícios residenciais, desenvolvido em parceria com a GALP Energia. Este projeto, que julgamos único em Portugal no presente momento, permitirá avaliar o potencial de redução dos consumos de energia do setor residencial, e os correspondentes serviços de energia, por forma a promover subseqüentes ações de maior escala, para aporte do valor associado a este potencial ao setor residencial de toda a área de intervenção da *Energaia*.

Neste contexto, em 2014 será realizado o tratamento de dados necessário aos objetivos mencionados, avaliando-se igualmente a possibilidade de utilização desta informação, em parceria com a GALP Energia, para ações que poderão inclusive assumir uma dimensão fora da área de intervenção da agência.

NEARLY ZERO ENERGY SCHOOL

A revisão da *European Performance Buildings Directive* veio impor que os novos edifícios públicos construídos a partir de 2018 sejam *Nearly Zero Energy Buildings (NZEB)*. As escolas, para além de estarem no epicentro do processo de aquisição de conhecimento e modelação de comportamentos, pilares essenciais da sustentabilidade, encerram tipicamente oportunidades de redução de consumos de energia significativos.

Neste contexto, em 2014 a *Energaia* e o município de Santa Maria da Feira vão promover um projeto piloto, de reabilitação da escola de Canedo, de acordo com os princípios de conceção associados ao conceito *NZEB*.

Os objetivos fundamentais serão os de provar a possibilidade de implementação do referido conceito, numa perspetiva de reabilitação de edifícios escolares, pretendendo-se igualmente utilizar este modelo como base para a aplicação deste processo em mais larga escala.

ATIVIDADE PROSPETIVA

A aquisição e desenvolvimento de novas competências e conhecimento nos domínios da Energia e Ambiente têm sido uma constante na estratégia da *Energaia*. Desta forma, a Agência tem orientado a sua estratégia no sentido de intervir e cooperar em projetos com impacto, vocacionados para o desenvolvimento e competitividade territorial. Estrategicamente, a *Energaia* sempre estudou novas oportunidades de parceria e cooperação com outras entidades públicas e privadas bem como formas alternativas de financiamento, nomeadamente, projetos que contemplem candidaturas a fundos comunitários.

Conscientes do desafio acrescido, resultante do alargamento da sua abrangência territorial, a *Energaia* irá continuar durante o ano de 2014, a procurar parcerias e oportunidades de participação em projetos inovadores no âmbito do Ambiente e Energia.

Em termos de financiamento, e à semelhança do que tem vindo a ser feito, procurar-se-á enquadrar projetos em linhas de financiamento do Programa Horizonte 2020, quadro de referência nacional bem como através de outros mecanismos e programas de financiamento que possam surgir.

Finalmente e como forma de continuar a ser um parceiro estratégico para os Municípios associados, a *Energaia* persistirá no apoio à formação contínua da sua equipa de recursos humanos em áreas relacionadas com a sua atividade.

ORÇAMENTO

2014-2017

ORÇAMENTO 2014-2017

	2014	2015	2016	2017
Despesas gerais				
Despesas com pessoal	146.039,00 €	146.039,00 €	146.039,00 €	146.039,00 €
Fornecimento serviços externos				
Comunicações	3.000,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €
Honorários (ROC e advogado)	4.845,00 €	4.845,00 €	4.845,00 €	4.845,00 €
Serviço de contabilidade	7.011,00 €	7.011,00 €	7.011,00 €	7.011,00 €
Rendas intalações	7.775,00 €	7.775,00 €	7.775,00 €	7.775,00 €
Renting e Combustíveis	19.200,00 €	19.200,00 €	19.200,00 €	19.200,00 €
Serviços limpeza	660,00 €	660,00 €	660,00 €	660,00 €
Anuidades associações	3.970,00 €	3.970,00 €	3.970,00 €	3.970,00 €
Economato	3.000,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €	3.000,00 €
Deslocações, estadias e representação	4.500,00 €	4.500,00 €	4.500,00 €	4.500,00 €
Projetos Comparticipados	54.297,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DESPESAS GERAIS	254.297,00 €	200.000,00 €	200.000,00 €	200.000,00 €

	2014	2015	2016	2017
Receitas Gerais				
Quotas estatutárias 2014 - Todos os Associados	53.403,02 €	53.403,02 €	53.403,02 €	53.403,02 €
Participação dos Municípios	146.596,98 €	146.596,98 €	146.596,98 €	146.596,98 €
Projetos Comparticipados	54.297,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Receitas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL RECEITAS GERAIS	254.297,00 €	200.000,00 €	200.000,00 €	200.000,00 €



ORÇAMENTO 2014



ORÇAMENTO 2014

Previsão Despesa 2014	
Despesas com pessoal	146.039,00 €
Fornecimento serviços externos	
Comunicações	3.000,00 €
Honorários (ROC e advogado)	4.845,00 €
Serviço de contabilidade	7.011,00 €
Rendas intalações	7.775,00 €
Renting e Combustíveis	19.200,00 €
Serviços limpeza	660,00 €
Anuidades associações	3.970,00 €
Economato	3.000,00 €
Deslocações, estadias e representação	4.500,00 €
Projeto agência (não incluídas nas despesas gerais)	54.297,00 €
TOTAL DESPESAS 2014	254.297,00 €

Previsão Receita 2014	
Quotas estatutárias 2014 - Todos os Associados	53.403,02 €
Participação Orçamento - Vila Nova de Gaia	67.434,61 €
Participação Orçamento - São João da Madeira	8.795,82 €
Participação Orçamento - Santa Maria da Feira	36.649,24 €
Participação Orçamento - Espinho	8.795,82 €
Participação Orçamento - Vale de Cambra	8.795,82 €
Participação Orçamento - Oliveira de Azeméis	16.125,67 €
Co-financiamento despesa projeto agência	54.297,00 €
TOTAL RECEITAS 2014	254.297,00 €

APROVAÇÃO

O Conselho de Administração, nos termos do nº1 alínea d) e alínea e) do artigo 17º dos Estatutos remete e propõe à Assembleia Geral:

1. Aprovar o Plano Plurianual de Atividades e Orçamento para 2014, nos termos do nº1 alínea d) do artigo 15º dos estatutos;
2. Aprovar as Quotizações para 2014 nos termos do nº2 do artigo 26º dos Estatutos.

27

Vila Nova de Gaia, 28 de janeiro de 2014

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração
Joaquim Borges Gouveia – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vítor Marques – Câmara Municipal de Santa Maria da Feira

Vogal do Conselho de Administração
Vicente Pinto – Câmara Municipal de Espinho

Tesoureiro do Conselho de Administração
António Santos Ferreira – EDP Distribuição

Secretário do Conselho de Administração
Luís Silva – ADENE – Agência para a Energia